

ATAQUES CONTRA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO POR TENTAREM TRABALHAR EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SEXUALIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS, PROVINDOS DA EXTREMA-DIREITA: PRÁTICAS PARA REFLETIR

SILVA FILHO, Álvaro Costa¹

RESUMO

É importante conscientizar a população sobre os impasses que vêm ocorrendo em escolas públicas, para que tome ciência e apoie os professores a exercerem seu serviço com qualidade e segurança, logo será apresentado situações um tanto quanto polêmicas ocorridas em Instituições de Ensino Fundamental brasileiras promovidas por reacionários da extrema-direita que, por uma visão distorcida dos documentos oficiais norteadores da educação, atacaram profissionais da área simplesmente por exercerem sua função à comunidade escolar com os poucos recursos didáticos que possuem ou às vezes sem material algum. Estes cidadãos criam a discórdia e os políticos conservadores prometem criar canais de comunicação para pais e responsáveis denunciarem os profissionais que, conforme suas visões deturpadas sobre educação, estiverem abordando temas sobre (EIS) Educação Integral em Sexualidade e gênero, higiene e saúde, direitos sexuais e reprodutivos, política e sociologia entre outros assuntos. Comparam professores a traficantes de drogas e enxergar temáticas que estão fora dos documentos norteadores elaborados por quem entende de educação, como: ideologia de gênero, sexualização precoce, ideologia marxista, veem em qualquer proposta direcionada ao desenvolvimento social e crítico para o aluno. Neste artigo, analisou-se reportagens de situações reais que repercutiram nas mídias nos últimos cinco anos, divulgados em revistas digitais. Pretende-se trazer propostas para os profissionais da educação, a fim de esquivar-se destes ataques sem fundamentos teóricos e fazer com que continuem acreditando que a educação é a base essencial para a construção de uma sociedade pluralista, crítica, apta ao convívio social, conscientes em respeitar as diversidades.

Palavras-chave: educação em sexualidade; escolas; conservadorismo; direitos sexuais e reprodutivos; extrema-direita.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges faced by public school teachers in Brazil due to attacks from far-right reactionary groups. These groups, based on a distorted interpretation of official educational guidelines, target professionals for addressing topics such as Comprehensive Sexuality Education (CSE), gender, and human rights. Using a qualitative approach, the study analyzed media reports from digital magazines over the last five years regarding real-life cases of ideological persecution in Elementary Schools. The findings highlight a scenario where teachers are unfairly equated to criminals, and pedagogical practices aimed at critical social development are labeled as "gender ideology" or "Marxist indoctrination." Finally, the study proposes strategies for educators to protect their pedagogical autonomy and resist unfounded attacks, reaffirming education as an essential foundation for a pluralistic and democratic society.

Keywords: *sexuality education; schools; conservatism; sexual and reproductive rights; far-right.*

¹ <http://lattes.cnpq.br/2267432293641269/>

1 INTRODUÇÃO

Este artigo parece ironia, mas é a pura realidade que os profissionais da educação vêm enfrentando em suas jornadas exaustivas, muitos têm jornadas de trabalho dupla, formação continuada não remunerada, dificuldade em se locomover de uma escola para outra, enfrentam salas de aula lotadas, com alunos não-alfabetizados, com alunos PCDs e, por conseguinte, são tachados como despreparados para exercerem suas funções, ainda mais quando propõem trabalhar assuntos considerados polêmicos por pessoas que além de não terem experiência no processo de aprendizagem acreditam ser “pseudo-professores”, que através de uma ótica distorcida e massificadora abordada por políticos de extrema-direita, consideram-se no direito de praticar atitudes reacionárias em cima dos educadores somente para “lacrar” nas redes sociais. Estas práticas podem custar o emprego de um pai de família que estudou e precisa do trabalho para dar o sustento a seus dependentes. Ainda que o êxito do processo ensino-aprendizagem depende do caráter do docente, a administração escolar não oferta recursos pedagógicos essenciais para a execução das metodologias, que estão se tornando cada vez mais complexas. Como resultado, os professores são obrigados a encontrar, por conta própria, formas de requalificação, o que leva a um aumento não reconhecido e não remunerado de sua carga de trabalho (Teixeira, 2001; Barreto e Leher, 2003; Oliveira, 2003).

Usar o termo “Educação Integral em Sexualidade” no Ensino Fundamental pode causar espanto a alguns alunos, embora segundo os (PCNs) Parâmetros Curriculares Nacionais, a EIS deve ser inserida como um Tema Transversal, ou seja, deve perpassar por várias áreas do conhecimento. Uma vez que, esses jovens vivenciam em um contexto familiar extremista, religioso, reacionário, argumentos e práticas de ódio contra quem não compactua com os princípios seguidos por seus responsáveis, portanto não dialogam com o professor, a fim de compreender o motivo pelo qual está trabalhando aquele conteúdo, usam de imediato recursos fotográficos de modo a espalhar fragmentada e sem contexto algum nas redes sociais o que acham incondizente com o que pensam, acionam os seus pais ou responsáveis possuidores de uma identidade política confiante, querendo derrubam o sistema educacional e consequentemente o professor, que está na linha de frente em sala de aula e sofre as principais punições. Conforme os dizeres de Tardif e Lessard (2014, p.198), “as práticas docentes na escola visam a preparar os jovens para a



vida adulta, formando-os para os saberes e as habilidades necessárias à vida profissional, educando-os moralmente em função das orientações básicas do status de adulto”.

Durante e após o mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, muitas famílias procuraram denunciar professores que supostamente estavam trabalhando em suas aulas temas como: práticas de ideologia de gênero, sexualização precoce, ideologia marxista, educação freireana entre outros, que fogem do padrão doutrinador da extrema-direita, por outro lado, quando o assunto é direcionado aos interesses dos políticos extremistas, as famílias não se preocupam se professores reacionários abordem temas como: terra plana, movimento anti-vacina, protestantismo etc. Maingueneau (2005) associa a interdiscursividade com a gênese discursiva, destacando que sempre há algo já dito que se constitui no outro do discurso. Assim, toda produção discursiva, dependendo de certas condições contextuais, reutiliza formulações previamente enunciadas. Essas informações falsas, “fake News”, frequentemente baseiam-se em narrativas pré-existentes e são recicladas e adaptadas para parecerem mais convincentes, utilizando fragmentos de discursos anteriores para ganhar credibilidade e se disseminar mais facilmente entre o público.

Será abordado aqui, partindo dos pensamentos da extrema-direita, situações em que professores estimularam alunos à ideologia de gênero e episódios em que os materiais didáticos ofertados pela escola propõem a sexualização precoce dos discentes. Tais exemplos servem para esclarecer a dificuldade que os profissionais da educação enfrentam quando trabalham seguindo a literatura pedagógica e os documentos oficiais das respectivas Secretarias de Educação. De acordo com Lacerda (2023 p. 49) no Youtube, a plataforma Brasil Paralelo possui cerca de 3,83 milhões de inscritos, sendo uma fonte de pesquisa neoconservadora e neoliberal que embarcou na ascensão autoritária, principalmente no evento pró-impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, conseguindo monetização e materiais de desinformação sobre diversas áreas do conhecimento, sociais e econômicas do Brasil, fazendo com que seus inscritos acreditem e propagam informações falsas.

Vale ressaltar que este artigo não tem o propósito de criticar o professor nem suas metodologias de ensino, ao contrário, o foco é apontar a importância que a comunidade escolar como; alunos, pais, professores, gestores, inspetores de alunos e autoridades educativas, tem em apoiar o docente para elaborar novas práticas fundamentais de maneira a atingir essa geração contemporânea, globalizada. Paiva (2015 p.97) argumenta que para expandir e manter o acesso a serviços da EIS, é preciso entender como lidar com



diferentes conceitos de gênero e relações no ambiente escolar e promover os direitos sexuais e reprodutivos dos estudantes com diversas crenças, seu trabalho apresenta o desenvolvimento de um projeto de prevenção do HIV e saúde reprodutiva, destacando que o consentimento informado e a participação da comunidade escolar são essenciais para a aceitação e eficácia dos programas de educação em sexualidade nas escolas.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração desta pesquisa qualitativa, recorreu-se à análise documental em notícias on-line que abordavam situações constrangedoras dos últimos cinco anos, divulgadas em revistas digitais, onde profissionais da educação foram difamados por pessoas da extrema-direita alegando que esses docentes estavam afrontando seus filhos com conteúdos inapropriados segundo o modo no qual enxergam a sociedade. Conforme Almeida (2011), este tipo de análise documental busca relações entre conceitos, ideias e características, geralmente combinando dois ou mais temas. Na seleção das matérias, utilizou-se os seguintes descritores para as buscas: educação em sexualidade; escolas; conservadorismo; direitos sexuais e reprodutivos; extrema-direita e manteve-se os critérios de periodicidade e importância relevante ao tema.

Em 2019, ocorreu, em uma escola de ensino fundamental do Distrito Federal, um fato polêmico, que repercutiu em diversas mídias digitais do país, o caso de um professor de Língua Portuguesa, Wendel Santana, 25 anos, regime de contratação, ele aplicou para os seus alunos do 6º ano, média entre 12 anos, uma proposta de redação sobre sexo anal.

Essa situação gerou um impacto nacional na época, divulgado pelas grandes mídias, resultando no afastamento imediato do professor contratado, e por conseguinte, foi, ainda no mesmo ano, pauta de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Belo Horizonte - MG, que tinha como tema “Suicídio e Automutilação entre Jovens”, conduzida pela ex-ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves, que propôs criar um canal de denúncias contra professores que durante as aulas desrespeitem a moral, a religião e a ética da família.

Damara fomenta em seu argumento os seguintes dizeres para a revista digital Exame, em 20 de novembro de 2019. "O canal está sendo formatado entre os Ministérios da Educação e dos Direitos Humanos. Vai ser anunciado em breve. O que queremos é somente o cumprimento da lei. O Brasil é signatário do Pacto de São José da Costa Rica. Lá está dizendo que a escola não pode ensinar nada que atente contra a moral, a religião



e a ética da família." Ainda para a mesma revista, ela diz "A família precisa ser ouvida. O que queremos trabalhar no Brasil é uma parceria de escola e família. A família sendo consultada, mas não delegando suas responsabilidades."

Entretanto, no mesmo ano, em 2019, a Unesco havia publicado a Agenda 2030 para a Educação Global - *Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade: uma abordagem baseada em evidências*, este material além de abordar diversos objetivos para atingir uma educação de qualidade até 2030, ainda aponta que: "é importante que a EIS inclua discussões contínuas sobre fatores culturais e sociais relacionados a aspectos mais amplos dos relacionamentos e das vulnerabilidades, como desigualdade de gênero e poder, fatores socioeconômicos, raça, condição sorológica em relação ao HIV, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero." Tal material evidencia que a extrema-direita e os ministros do ex-presidente Bolsonaro sempre estiveram na contramão dos documentos oficiais que norteiam a construção de uma sociedade que respeita as diversidades de gênero, de classe social e de raça.

Wendel Santana ouvia constantemente de seus alunos e alunas palavras de cunho sexual, percebeu que precisaria intervir, então usando seus atributos didáticos, escreveu no quadro palavras sexuais ditas pelos próprios educandos que as considerava informais para a linguagem culta e ao lado escreveu seus respectivos sinônimos de maneira formal, como maneira de avaliar o que trabalhou, resolveu aplicar junto aos seus alunos um tema de redação que focasse em sua aula, com o intuito de verificar se seus alunos realmente aprenderam o vocabulário formal estudado naquele dia. Ademais, Vygotsky (2000, p. 210) afirma que todo processo de ensino-aprendizagem se manifesta conforme o contexto social no qual o indivíduo está inserido. Para ele, "o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia". No entanto, não contava que alguns alunos fotografassem a aula, gravassem a sua explicação e conseguinte, mostrassem aos seus pais para que eles denunciassem o docente em órgãos competentes. A repercussão na mídia fez com que o professor contratado fosse afastado imediatamente do cargo sem direito a ampla defesa.

Procurado por um jornal digital do grupo UOL, em sua defesa o professor disse: "Não houve qualquer instrução por parte da escola e o que propus foi um exercício de linguagem. A linguagem que eles trazem para mim é uma linguagem totalmente informal. Foi isso que eu vi. O exercício que eu propus foi trazer essa informação de linguagem informal e adaptá-la para uma linguagem formal, que é a linguagem da educação de fato"



É perceptível, nas falas do docente, que as instituições de ensino têm defasagem no fluxo de informações, não se comunicam entre os setores e as ordens vêm de cima para baixo, o professor que está na linha de frente sempre sofrerá por existir esta deficiência comunicativa, ainda ficou nítido que não houve um preparo deste docente para trabalhar com o 6º ano, tampouco teve apoio por parte da gestão escolar, pelo contrário, o diretor utilizou-se do autoritarismo e junto com alguns familiares registrou um boletim de ocorrência na Polícia Civil: “O professor de português do 6º ano havia ministrado aula com conteúdo e palavreados completamente inadequados e fora do currículo escolar”, diz a ocorrência.

Segundo Cury (2002 p.170):

[...] comandos autoritários de mandamentos legais, os quais, por sua vez, se baseavam mais no direito da força do que na força do direito (...). Em certo sentido, a dimensão pública do serviço público que é a educação escolar, foi executada por razões muito mais próximas do privado e do secreto do que a da transparência do público. O temor, a obediência e o dever suplantaram o respeito, o diálogo e o direito.

Há documentos oficiais que dizem que a EIS deve ser trabalhada em sala de aula e neste caso específico partiu de um vocabulário dito pelos próprios alunos, logo o professor simplesmente partiu do que os alunos trouxeram para ele, o “conhecimento prévio”. Já dizia Pivatto (2014 p. 46), “os conhecimentos prévios tornam possível a aquisição de ideias que podem ser utilizadas no universo das categorizações de novas situações e servem de pontos de ancoragem e descobertas de novos conhecimentos”. Pivatto afirma que é importante partir do conhecimento prévio, que cada aluno traz para o ambiente escolar e, principiando dessa diversidade de conhecimentos ocorrerá novas descobertas e novos conhecimentos.

A (CF) Constituição Federal de 1988, ao ser estabelecida como a Constituição do Brasil, abriu novos caminhos para o sistema educacional e seu funcionamento, contrastando com o período da ditadura militar, marcado pela submissão ao governo autoritário e arbitrário da época. A Constituição estabelece o princípio da gestão democrática na educação pública, estendendo esse princípio também às instituições privadas autorizadas e reconhecidas pelo poder público. Com a publicação da (LDB) Lei de Diretrizes e Bases, sob o número 9.394/96, as esperanças geradas pela CF começaram a se concretizar, pois o ambiente escolar necessitava urgentemente de novas diretrizes, modelos e normas para implementar o caráter democrático e emancipador proposto por

ela. Isso trouxe novos desafios para a figura do diretor escolar – responsável pela gestão e operação da escola – que detinha uma parcela de poder que parecia inconciliável com a participação nas decisões por parte de especialistas, professores e técnicos em educação.

Um outro caso publicado no portal G1, ocorreu em março de 2024, em Nilópolis - RJ, em que um avô intimidou uma educadora, que não divulgou seu nome nem queria expor sua imagem. O responsável insistiu em gravar e xingou a servidora e o (MEC) Ministério da Educação pelo fato de que em uma tarefa escolar da cartilha de sua neta havia uma imagem do influenciador Felipe Neto e seu irmão Lucas. Circulou um vídeo na internet, elaborado pelo próprio intimidador, exigindo explicações sobre a tarefa e alegando que o influenciador junto com seu irmão ensina às crianças práticas sexuais, no vídeo ele grita “vagabundo que ensina sexo entre meninos, meninas, para as crianças”.

Felipe Neto, em sua defesa, disse em suas redes sociais que pretende denunciar o homem e ofereceu apoio jurídico à funcionária da escola: "Minha equipe jurídica já foi acionada e o grande corajoso aí que afirmou que eu ensino sexo para as crianças vai responder na Justiça civil e criminal" este trecho da fala foi publicado no portal G1, em sete de março de 2024.

Procurada pelo portal G1, a Prefeitura de Nilópolis–RJ afirmou que o material distribuído na rede municipal de ensino é elaborado por uma equipe da própria (SME) Secretaria Municipal de Educação, constituída por professores efetivos, respeitando a (BNCC) Base Nacional Comum Curricular e documentos do MEC que definem os conhecimentos a serem aplicados aos alunos respeitando cada nível escolar.

Mais um fato que mostra o quão perigoso é ser professor e doutrinar as crianças, segundo a ótica da extrema-direita, que enxerga o professor sendo pior do que um traficante de drogas, pois esses profissionais ficam suscetíveis a ataques de reacionários criados no período do mandato do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro, por isso vale ressaltar que a classe de trabalhadores responsáveis pela educação brasileira deve se unir e não deixar ser intimidados por esses reacionários.

Em um evento “pró-arma” organizado em julho de 2023, Eduardo Bolsonaro atabula em um carro de som, “Prestem atenção na educação dos filhos. Tirem um tempo para ver o que eles estão aprendendo nas escolas. Não vai ter espaço para professor doutrinador tentar sequestrar as nossas crianças. Não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante de drogas que tenta sequestrar e levar os nossos filhos para o mundo do crime. Talvez até o professor doutrinador seja pior porque ele vai causar discórdia dentro da sua casa, enxergando opressão em todo tipo de relação”. Isso marca o principal objetivo deste



artigo, como o docente terá tranquilidade em seu espaço de trabalho se pessoas influenciadoras propagam discórdia entre os docentes e a comunidade escolar, fazendo comparações irrefutáveis. A criação de reacionários cresce à medida que esses discursos de ódio são pautados e aclamados pela população.

Vale ressaltar que o estudo sobre EIS é de suma importância para a conscientização do indivíduo, respeitar a diversidade, prevenir infecções sexualmente transmissíveis, evitar a gravidez precoce, reconhecer formas de assédio e saber como denunciar, não tem o objetivo de sexualizar a criança, implementar a sexualização precoce, trabalhar a ideologia de gênero nem tirar o direito da família de educar seus filhos. Figueiró (2009, p.143) aponta que:

o ensino da sexualidade deve sempre abranger o respeito à diversidade, isto é, o respeito às pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), às prostitutas e às pessoas portadoras do vírus da AIDS. Assim, o trabalho em Educação Sexual abre-nos para repensar nossas atitudes em relação às pessoas que fazem parte das minorias, entre elas, a composta também por portadores de necessidades especiais.

Inclusive, encontramos nos PCNs, que são documentos oficiais, respaldo para o trabalho sobre educação em sexualidade nas escolas e o direito da família:

A Educação Sexual é como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (Brasil, 1997, p.287).

Seria interessante se as grandes mídias digitais além de divulgarem sensacionalismo extremista, apoiassem a educação brasileira e os profissionais que lutam para uma educação de qualidade com matérias jornalísticas que abordem a importância da escola na formação do indivíduo e isso inclui trabalhar o tema sobre educação em sexualidade em sala de aula como prática de autoconhecimento e prevenção de doenças e assédios.

Temos que utilizar o conhecimento prévio trazido pelos alunos, ressignificar suas maneiras de fala e verbetes adequados para que cheguem a um diálogo equiparado, no qual o protagonismo juvenil surja no processo de aprendizagem. O termo “protagonismo juvenil” foi ressurgido na obra do pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa (2000),



“Protagonismo Juvenil – adolescência, educação e participação democrática”, o pedagogo atempera o protagonismo juvenil como o envolvimento do jovem estudante em atividades que vão além do seu universo pessoal e familiar, gerando efeitos na vida em sociedade.

3 CONCLUSÃO

Espera-se que a sociedade brasileira aprenda a pesquisar melhor sobre os assuntos que encontram na internet antes de compartilhá-los, a extrema-direita utiliza-se dos meios de compartilhamentos de conteúdos mentirosos e enganosos para crescer nas mídias alternativas à medida que se apropria da forma na qual o algoritmo de uma plataforma age. Com base nesta leitura, compreende-se que os sistemas algorítmicos funcionam como instrumentos de criação de enquadramentos que, de acordo com Habermas (2008), produzem sentido e, consequentemente, influenciam a formação de preferências políticas. A plataformização cria um ambiente fragmentado em que os sistemas algorítmicos impactam os processos deliberativos ao direcionar informações que se relacionam com o *background* cognitivo do indivíduo e sustentam a sua produção de sentido (Albuquerque; Rodas 2023).

Os profissionais da educação necessitam do apoio da comunidade escolar, esse é o princípio da gestão democrática e participativa que se espera, contudo, a participação dela nas reuniões de pais e mestres e do Conselho de Escola aproximá-los-iam cada vez mais. Assim como Paro (2000, p.15) descreve: “Se, todavia, concebemos a comunidade – para cujos interesses a educação escolar deve voltar-se – como real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não suponha a comunidade como sua parte integrante.”

Somente através de uma educação com qualidade e inclusiva é possível construir uma sociedade menos desigual socioeconômica, que respeite a diversidade. Para isso, é importante que o trabalho dos profissionais da educação seja valorizado e respeitado, os meios de comunicação precisam de determinada regulamentação para que notícias falsas não se propaguem, tampouco atos infundados e sensacionalistas como os citados, e por fim, a comunidade precisa estar mais interagida com a educação escolar de seus tutelados, reconhecer que ninguém pretende ocupar o espaço da família, e sim completar as lacunas para que a criança tenha um desenvolvimento seguro, saudável e próspero.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. P. de; RODAS, C. M. Mídias Sociais, Desinformação e a Distorção da Esfera Pública pela Extrema Direita. **Revista EDICIC**, San José (Costa Rica), v.3, n.3, p.1-15, 2023.

ALMEIDA, M. de S. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese**: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2011.

BARRETO, R. G.; LEHER, R. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, D. A. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 39-60.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 26 jun. 2024.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. MEC. **PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais**: Orientação Sexual. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo Juvenil – adolescência, educação e participação democrática**. Fundação Odebrecht: Salvador. 2000.

CURY, C.R.J. Gestão Democrática da Educação: exigência e desafios. **RBPAE**, v.18, n.2, jul./dez. 2002.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual**: Múltiplos Temas, Compromissos comuns. Londrina: UEL, 2009.

HABERMANS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Libero**, v.21, p.9–21, 2008. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/592/560>. Acesso em: 20 set. 2025.

LACERDA, M. C. de. **Mais família, menos Estado**: o agenciamento das questões de gênero e sexualidade pela extrema direita brasileira. 2023. 276 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

OLIVEIRA, D. A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In OLIVEIRA, D. A. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 13-35.



PAIVA, V.; SILVA, V. N. Facing negative reactions to sexuality education through a Multicultural Human Rights framework. **Reproductive Health Matters**, v.23, n.46, p. 96-106, 2015.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2000.

PIVATTO, W. B. Os conhecimentos prévios dos estudantes como ponto referencial para o planejamento de aulas de Matemática: análise de uma atividade para o estudo de Geometria esférica. **Revemat**, Florianópolis, v. 9, n.1, p. 41-57, 2014.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TEIXEIRA, L. H. G. Políticas públicas de educação e mudança nas escolas: um estudo da cultura escolar. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (Orgs.) **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas de educação básica. 2.ed. Belo Horizonte, 2001, p. 177-190.

UNESCO, **Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade**: uma abordagem baseada em evidências. 2.ed. Paris, 2019, Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308>. Acesso em: 27 jun. 2024.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 6. ed. SP: Martins Fontes, 2000.

<https://midiamax.uol.com.br/brasil/2019/professor-e-demitido-apos-pedir-redacao-sobre-sexo-oral-e-anal-para-alunos-do-6o-ano/>

<https://exame.com/brasil/damores-cria-canal-para-denunciar-professores-que-vaio-contr-a-familia/>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/07/prefeitura-de-nilopolis-diz-que-vai-tomar-providencias-sobre-video-em-que-homem-xinga-educadora-por-licao-escolar-com-felipe-neto.ghml>

<https://veja.abril.com.br/politica/em-evento-pro-armas-eduardo-bolsonaro-compara-professores-a-trafficantes>.